

COMITÊ DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ata da 40ª reunião ordinária, realizada em 19 de maio de 2015

Em 19 de maio de 2015, o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo promoveu sua 40ª reunião ordinária, realizada na Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz – UMAPAZ, situada na Av. Quarto Centenário, 1268 - Parque Ibirapuera - Portão 7A - São Paulo – SP, às 09:30 h.

A Pauta prevista foi a seguinte:

Expediente:

- Leitura e aprovação da Ata da 39ª reunião ordinária, realizada em 14 de abril de 2015
- Informe sobre a realização do primeiro dos Colóquios Sulamericanos sobre Cidades Metropolitanas – MSUR, acerca do tema Esossistemas Urbanos e Sustentabilidade, pela Secretária Executiva do Comitê, Laura Ceneviva
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação acerca da metodologia Global Protocol for Community Scale Greenhouse Gas Emission Inventories – GPCs, de Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa para Cidades, por Rachel Biderman, Diretora do WRI Brasil e Laura Valente, Consultora WRI Brasil em projetos de Cidades e Clima
- Sugestões de inclusão em outras Pautas

A reunião foi aberta pela Secretária Executiva do Comitê, **Laura Ceneviva**, que, informando da impossibilidade de comparecimento do Secretário Wanderley Meira do Nascimento e do Secretário Adjunto, Ricardo Brandão Figueiredo, passou a presidi-la. O primeiro ponto de pauta foi a aprovação da ata da última reunião, realizada em 19 de maio de 2015, sem que os membros houvessem apontado reparos. O segundo ponto de

pauta foi o informe sobre a realização do Colóquio Sul-Americano sobre Cidades Metropolitanas, realizado no final de abril, em Santiago do Chile, na sede da CEPAL, no dia 27, 28 de abril, e que teve como tema Ecossistemas Urbanos e Sustentabilidade. A Prefeitura de São Paulo juntamente com a Comissão Econômica da Organização das Nações Unidas para a América Latina – CEPAL está realizando quatro encontros das cidades metropolitanas da América Latina, objetivando debater a questão urbana e identificar consensos, explicitar eventuais conflitos, visões de futuro etc., para subsidiar a formulação de recomendações para a Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos – Habitat, que será realizada em Quito, Equador, no ano que vem. Habitat é uma reunião promovida pela Organização das Nações Unidas, portanto reunião de governos nacionais. O debate promovido pela PMSP e Cepal pretende expressar uma opinião coletiva de governos locais, para subsidiar a discussão que será realizada pelos governos nacionais. A Prefeitura esteve nesse primeiro Colóquio sobre Ecossistemas Urbanos e Sustentabilidade e do debate lá realizado surgiu um documento que foi distribuído às cidades e aos membros lá presentes, para verificação se haviam sido incorporadas as sugestões realizadas. O próximo Colóquio irá acontecer logo após o feriado de Corpus Christi aqui em São Paulo terá como tema Desenvolvimento Urbano e Desigualdades Socioespaciais. O setor de meio ambiente deverá participar de todos os colóquios, de modo a buscar a inserção da variável ambiental nas demais políticas setoriais. Nós que trabalhamos com a questão ambiental observamos que às vezes essa variável é entendida como um custo, uma adicionalidade negativa. Então a transformação da cultura, dos diversos setores da administração pública e a cultura tal como produzida nas universidades precisa ser mudada através da inserção da variável ambiental. O próximo ponto da pauta foi sobre informes gerais. Foi feito um informe sobre o grupo de trabalho que criamos aqui no Comitê, com relação ao artigo 119 do Plano Diretor Estratégico, que determina a incorporação de variáveis relativas à mudança do clima no processo de aprovação de edificações. O grupo fez uma reunião, promoveu um debate e depois parou. Como essa situação precisa ser resolvida pelos membros do grupo, houve uma sugestão do representante do Secovi, Hamilton de França Leite Junior.

Hamilton de França Leite Junior, representante do Secovi, disse que a proposta é realizar nova reunião, aproveitando o grupo já criado para o artigo 119, para enfrentar uma lacuna criada na minuta da Lei de Uso e Ocupação do Solo, no que diz respeito ao conceito da cota ambiental. Disse que ela hoje está dividida em dois grupos, um grupo mais básico, para empreendimentos menores, que a princípio trata de vegetação e a permeabilidade nos terrenos, e um grupo para situações mais complexas, para os quais se prevê a aplicação do benefício em função da certificação ambiental do empreendimento. E não existe na Lei de Uso e Ocupação uma proposta para incorporações com características intermediárias, entre o básico e a certificação, para que tenha incentivos intermediários também. Então a sugestão é criar uma lista de requisitos, de itens a serem incorporados em empreendimentos, que não sejam o máximo que é a certificação ambiental, mas que sejam acima desse básico que trata só de vegetação e permeabilidade. Então, juntar esse grupo para discutir uma proposta desse Comitê, para as discussões que vão ser encaminhadas na Câmara.

Laura Ceneviva disse que era oportuna a proposta e pediu que quem tivessem subsídios, comentários ou reflexões sobre a discussão do artigo 119 do Plano Diretor os

enviassem para que já na convocação para a reunião esses materiais fossem divulgados. A seguir passou para a ordem do dia que é a apresentação acerca da “**Metodologia Global Protocol For Community Scale Greenhouse Gas Emission Inventories – GPC**”. Ela é baseada no GHG Protocol e se destina a atender as demandas de unidades menores que governos nacionais, para quem é essencialmente direcionada a metodologia do IPCC. A Rachel Biderman teve um problema de última hora e não pôde vir, mas a Laura Valente a substituirá. Ela trabalhou muitos anos no ICLEI, e nessa condição fez muitas atividades junto conosco, de mesmo modo que agora trabalhando com o WRI - World Resources Institute.

Laura Valente apresentou essa nova **Global Protocol For Community Scale Greenhouse Gas Emission Inventories – GPC**, esclarecendo que ela foi desenvolvida em uma parceria do World Resources Institute, C 40 e ICLEI, a partir da metodologia GHG Protocol. O objetivo é gerar inventários que permitam comparações, daí a necessidade de adotar critérios de referência, fatores de emissão padrão, etc. O trabalho principal do WRI passa por esses eixos temáticos, clima, energia, alimentos, florestas, águas, cidades e transportes e esse tema de cidades é mais recente na agenda do WRI, mas já trabalha com o tema de transporte há muitos anos. e tem como objetivo harmonizar uma metodologia, para que esses inventários de emissões de gases de efeito estufa possam conversar uns com os outros. Disse que os trabalhos do C40 têm sido muito ativos em promover as ações, em parceria com as empresas, para conseguir ter um desenvolvimento de baixo carbono e o ICLEI tem feito um trabalho consistente já, há mais de 20 anos, no tema de sustentabilidade urbana, junto aos governos locais. Os parceiros apoiadores principais foram o Banco Mundial e o PNUMA. Disse ainda que em setembro de 2014 foi criado um movimento chamado Pacto de Prefeitos, onde os prefeitos se comprometeram, durante essa reunião em Nova Iorque, a assumir compromissos para a redução de carbono. E o que ficou acordado por essas organizações parceiras é que a metodologia a ser adotada é a do GPC, isto é, Global Protocol for Community Scale Greenhouse Gas Emission. E esse Pacto de Prefeitos tem assento na Convenção do Clima e já está se movimentando para uma série de atividades na conferência em Paris, a COP 21, ao final de 2015. A metodologia GPC derivou do GHG Protocol, criado para empresas. Então para que isso tenha uma efetividade no conjunto de estratégias para reduções de carbono no mundo como um todo, se optou por fazer uma coisa organizada, a sistematização facilita a comunicação das emissões. Não só a contabilização, mas também a comunicação. É um trabalho que é construído aos poucos com os parceiros que aplicam a metodologia. Então você aprende fazendo, esse é o sistema. Vamos pegar um exemplo de São Paulo, que é uma região metropolitana, com 39 municípios. Há uma frota que é circulante e uma frota da cidade. Então onde começa a emissão de transporte de São Paulo e onde acaba a de um vizinho, de outra cidade, mesmo que não seja da região metropolitana? Obter esses dados é complicado. A metodologia GPC propõe passos, é possível ir fazendo aos poucos, e melhorando. Além disso, há uma preocupação com reportar o que se identificou, não é só fazer o inventário, mas também sobre comunicar o resultado desses inventários. Então o reporte pode ser feito por escopo. A comunicação é feita por escopo, por setor, e por gases. Por exemplo, o inventário da cidade de São Paulo, segundo inventário que foi feito, se eu não me engano ele só examina emissões de CO2 e de metano. Ele não cobre todos os gases do Protocolo de Kyoto. Alguém tem alguma pergunta até agora?

Laura Ceneviva esclareceu que o primeiro inventário do Município de São Paulo, de 2003, pesquisou só metano e dióxido de carbono. O segundo fez todos os seis gases submetidos a controle.

Priscila Freire Rocha, representando a FIESP, questionou a questão da disposição de resíduos, que as indústrias consideram como escopo 1 quando têm controle dos aterros. No caso dos municípios, como ficaria, uma vez que eles têm o controle da disposição dos resíduos, ainda que não fiquem em seu território. nesse caso entraria no escopo 3, que não teria um certo controle, por exemplo, quando o aterro é fora da cidade. Disse que na parte industrial, que nós fazemos vastamente o GHG Protocol, quando temos controle sobre o controle do aterro.

Laura Ceneviva solicitou a Laura Valente que fizesse as considerações sobre as emissões do consumo, que se relacionam com o que a Priscila está apontando.

Laura Valente: Eu espero que um pouco mais para frente eu consiga responder melhor a sua pergunta. Mas da minha experiência, o que eu posso dizer é que varia caso a caso, depende da cidade, depende de quem está fazendo. Você tem as regras do jogo postas pela metodologia, e desenvolve o inventário com essas regras, dentro desses parâmetros. Cada vez que você faz isso, está valendo. Você pode ter um inventário feito por São Paulo e não ter um inventário feito, como é o caso de São Bernardo do Campo. Ou você pode ter um inventário aqui, que de alguma maneira é afetado pelas emissões de Campinas. Então depende muito. Porque no fundo se as emissões subnacionais ou setoriais se elas forem somadas dentro de todos os limites estabelecidos não dará a emissão nacional. Então o objetivo não é somar o inventário nacional. Ou fazer parte da contabilidade de gases efeito estufa nacional. O objetivo da metodologia, nos casos subnacionais, é ser um instrumento de planejamento para estratégias de emissões. Que no grande cômputo final, eles podem resultar e se refletir em inventário nacional. Mas o objetivo não é pegar o inventário de São Paulo, inventário de Campinas, somar tudo isso e ter a emissão de transporte do Brasil. Isso é impossível. Então ele serve internamente para quem faz o inventário como instrumento de planejamento como uma forma de atingir os compromissos de redução da cidade e do país. Só que não na contabilidade. Não dá para você contabilizar isso. A gente fez agora o inventário de Salvador, pelo WRI, e estamos terminando o de Florianópolis, através de um projeto que estamos fazendo com a iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e faremos a revisão à luz da metodologia do GHG. Porque existem muitos consultores fazendo inventários, nem todos eles usam a metodologia do GPC, ou porque não tinha antes, ou porque eles querem fazer do jeito deles. Temos diferentes níveis de inventários. Há um nível básico, no qual se recolhe a informação que estiver disponível. Depois há o nível básico plus, que é mais apropriado para aquelas cidades em que provavelmente já houve inventário, onde há mais facilidades de obter informação. No nível básico, são incluídas as emissões de fontes estacionárias, transportes e resíduos. No nível básico plus, além dessas, são incluídas as emissões de uso do solo e de processos industriais. Por fim, há o nível expandido, que é o que cobre todas as gamas, todos os escopos das emissões diretas e indiretas, dentro de um território qualquer. Seja estadual, seja municipal. Então, para entender melhor essa questão do escopo, que você me perguntou. O escopo 1 inclui indústria, emissões residenciais, comerciais, institucionais, transporte. O escopo 2 é a energia propriamente dita, para aquecimento, que para nós não tem, pois não há neve. Você pode ter, sei lá, refrigeração. Vapor, aproveitamento de

energia de cogeração, enfim, tudo que for relativo à geração de energia. E o escopo 3, que pode ser a jusante ou a montante, que inclui insumos, bens e serviços, enfim, transporte, caso clássico é aviação. Um voo que é originado aqui em São Paulo vai para o Rio de Janeiro, de quem são as emissões? Então isso tem a ver com a atribuição da responsabilidade pela emissão. Alguém quer perguntar alguma coisa sobre isso aqui? Ficou mais ou menos claro isso que você queria saber? Atende a sua dúvida ou não?

Priscila Freire Rocha ponderou que existe uma classificação de resíduos dentro do escopo 1, que talvez considere essa questão contratual. E no escopo 3, considera-se quando já não se tem controle.

Laura Valente concordou, com o entendimento de Priscila. Isso está ligado à jurisdição. Fica no escopo 2 quando quem tem jurisdição é quem está realizando o inventário. Se não tem, ela fica sendo escopo 3.

Olímpio de Melo Álvares, perguntou quanto ao caso dos transportes, a responsabilidade da emissão é de quem parte, da origem de onde o transporte parte? Por exemplo, você falou entre o voo de São Paulo e Rio de Janeiro, a responsabilidade desse voo específico é da cidade de São Paulo? Como é que funciona isso? Ou então um ônibus que vai de São Paulo ao Rio?

Laura Valente disse que depende de como for obtido o dado. Se for um dado, no caso transporte, se ele for obtido através da venda de combustível, é a venda do combustível no local. Isso aí vai do nível de detalhe que tem sobre o material que causou a emissão. Mas, simplesmente, você usa o dado da venda do combustível. É muito difícil você atribuir a emissão para alguns casos, depende do caso. Ela pode ser de onde se origina o voo, por exemplo, a viagem. Ou pode ser dividido. Ou pode ser de quem recebe, porque é uma passagem. É caso a caso mesmo. É óbvio que o combustível pode ser vendido aqui, mas consumido em outro lugar. Mas no grosso, em termos de escala, interessa para nós sabermos quanto de combustível tem ali. E aí temos que lembrar o que se disse acerca de São Paulo não ter cumprido o compromisso de redução de emissões. São Paulo se propôs uma meta de redução de emissões de 30% da base de 2003 até 2012, foi um compromisso que a Prefeitura quis assumir, porque considerou que a redução que estava sendo obtida pelos aterros sanitários e pela mudança que eles estavam fazendo na tecnologia nas frotas, que isso seria facilmente atingível. Não foi isso que aconteceu. Por quê? Nesse período houve um crescimento enorme da frota de automóveis e muitas das medidas que eles se propunham a implementar não foram implementadas. E as que foram implementadas não tinham como se medir. Primeiro, é uma meta voluntária autoimposta, que pode ser revista pela própria Lei Municipal do Clima ou mesmo periodicamente. Foi uma primeira e foi uma tentativa. Então o que temos que fazer? Isso tem que ser corrigido. Não estou aqui fazendo ou não defesa. Estou colocando a coisa na dimensão que ela tem que ter. Quem tem o compromisso de redução são países desenvolvidos, países em desenvolvimentos não têm. As nossas metas, inclusive do Brasil, são voluntárias. Se não cumprirmos as metas é ruim? Claro que é ruim. Mas aí olhamos para trás, olha e conserta.

Maria de Fátima Andrade, representante da USP questionou se são consideradas também as emissões pela produção do combustível, a qual acontecerá fora, se ela também entra nesse escopo 3, por exemplo.

Laura Valente disse que o fator de emissão do combustível já vem com alguma diretriz de cálculo das emissões embutidas dentro dele, que provavelmente considera isso.

Maria de Fátima Andrade falou que às vezes não consideram, consideram só o da queima.

Laura Valente respondeu que isso depende do fator de emissão adotado. É aquela história, temos como mudar o jogo antes. Mais uma vez tenho que lembrar, o objetivo de uma cidade fazer um inventário de emissões, assim como qualquer setor menor, os grandes têm outros compromissos, mas emissões setoriais e as emissões subnacionais têm o objetivo de orientar um planejamento. Elas não são um compromisso pela qual a cidade vai ser punida se ela não conseguir fazer. Então ele é só uma referência. Você tem que dar a devida importância para aquilo e usar aquilo para o bem. Ela é uma ferramenta, nada mais do que isso.

Maria de Fátima: E no caso da energia, você mencionou a energia que é produzida fora e consumida dentro. Tudo é somado no final, todo processo, ou...

Laura Valente disse que vai depender de que dado estiver disponível, do fator de emissão que se vai adotar e de quem vai fazer. Você deixando claro, está tudo certo.

Priscila Freire Rocha: É que no caso da energia elétrica, o próprio fator de emissão já considera a matriz energética brasileira. Então aquele fator do MCTI já considera as emissões totais do sistema energético.

Laura Ceneviva: Eu queria acrescentar uma coisa, da experiência nossa para a elaboração do nosso inventário e que a Laura sempre fala, que é a questão das emissões da produção e do consumo. Nós seguimos a metodologia do IPCC, ela separa a produção da energia, por exemplo. O município que tem refinaria, ele vai contar a produção lá. Nós contamos a produção do consumo. A Laura tem uma reflexão importante. A China emite muito. Oras, mas nós não estamos usando as coisas chinesas aqui? Então se você for contabilizar as emissões do consumo, as emissões da China estão no planeta inteiro. Então, a realização dos inventários permitiu um avanço do conhecimento, e isso, a hora que ele é levado para dentro da máquina pública, propicia reflexões em cada setor de atividade que vai começando a suscitar hipóteses de transformações institucionais. Que é o que desejamos, no rumo de uma descarbonização. Mas só para esclarecer, o IPCC separa, sim, e aqui, nós consideramos só emissão do consumo, não a da produção.

Laura Valente: Tem aquilo que passou de jurisdição de onde você faz o inventário. Então, não adianta discutirmos que tipo de emissão foi gerada para produzir X se a cidade, no caso a prefeitura, não tem nenhuma ingerência sobre aquilo. Fica lá registrado, mas é um dado inútil. Aí às vezes nós queremos ser tão preciosistas com as coisas e mais atrapalha do que ajuda. Então o objetivo dessa metodologia, de qualquer outra, eu imagino, de indicado, é facilitar a vida dos gestores, não complicar. A seguir, temos outra parte importante da metodologia, que é o relatório. E aí você tem o que é que está em cada escopo. E vai fazer o que conseguir levantar, será um work in progress. Você vai fazer o primeiro, ele não será tão bom. Você irá fazer o segundo revisando o primeiro. E assim por diante. Mas sempre lembrando, ele tem que ser uma coisa que apóia o trabalho do gestor, não que confunda, ou que vire um inferno na vida

do gestor. Senão os gestores não vão querer fazer isso nunca mais. Essa metodologia foi elaborada a partir de quem aprendeu fazendo. Então se aplicou em cidades piloto. São Paulo, na época, estava em mudança de gestão, foi convidada, não pôde fazer porque estava fazendo toda uma avaliação. O próprio inventário, o segundo, não estava pronto ainda. Tivemos o arcabouço de conhecimento da experiência com as cidades piloto para elaborar essa metodologia. Que fizeram um inventário à luz dessa metodologia e a alimentaram. Algumas fizeram um novo inventário. Foi um processo bem interessante. A comunicação desses resultados foi feita através de seminários online, mesas redondas, contatos pessoais e questionários. Aqui em São Paulo, fizemos um na USP, o ano retrasado se eu não me engano 2013. E o lançamento da metodologia, a versão final que está publicada, é acessível para quem quiser usar, foi feita agora na COP 20, em Lima, em um evento paralelo, com a presença de todos os diretores das organizações parceiras. Foi muito interessante. A pessoa que lidera o assunto no WRI é o Fong, que esteve aqui várias vezes, esperamos que ele venha muitas vezes mais, porque ele é fantástico. E aqui estão os contatos, se vocês quiserem. E eu estou à disposição para responder mais perguntas. Obrigada, gente, pela atenção de vocês.

Laura Ceneviva: Obrigada, Laura pela apresentação. Está aberta a palavra a quem queira fazer uso dela. Entretanto, acrescento que nós devemos contratar este ano o terceiro inventário do município, que irá cobrir o período 2010-2014, uma vez que em junho, provavelmente, já será dado a público as informações acerca de consumo de 2014. Além disso, como a Prefeitura aderiu ao Pacto dos Prefeitos, ela elaborará o inventário com a metodologia GPC. Acrescento, ainda, a questão da meta de emissão, que, esperamos, essa metodologia possa nos ajudar a definir melhor. Além disso, só com este novo inventário é que poderemos avaliar o cumprimento ou não da meta de emissão prevista na lei da Política Municipal da Mudança do Clima.

Hamilton de França Leite Junior: Duas perguntas. Primeiro, está no escopo do inventário que será contratado as emissões das edificações, como está no que a Laura apresentou, edifícios residenciais, comerciais? Se está no escopo? Segundo, se vocês sabem qual a diferença entre a metodologia do IPCC e esta do GHG?

Laura Valente: Obrigada pela pergunta. A metodologia do IPCC é feita para nações. Então ela trabalha com os limites de países. Lembro que São Paulo tem mais gente, território maior e mais emissões do que muitos países que são membros do anexo 1 da Convenção do Clima. Mas de qualquer maneira a metodologia de onde deriva tudo é do IPCC. Então, a metodologia GPC deriva da do IPCC. E a metodologia do IPCC é constantemente revista, tem um grupo de trabalho dentro do secretariado da convenção do clima justamente para analisar questões metodológicas. Tem inclusive decisões a respeito disso, aprovadas em cada COP. Então tudo que tem de orientação para inventário, tudo mais, que tem alguma validade, tem que fazer referência à metodologia do IPCC. Por que isso? De novo, voltando ao princípio de indicadores, você tem que adotar aquele que é consagrado. Se você quiser inventar um novo indicador, tem que passar por um processo de reconhecimento. É uma questão até de metodologia científica, ser aprovado pelos pares. É um negócio complexo para ele ser adotado. Então um evento interessante que eu acho que ilustra isso é aquele da pegada ecológica, não sei se todos vocês conhecem. Tem uma metodologia que foi desenvolvida há alguns anos atrás, 1990, eu acho, começo de 2000, dois engenheiros que estudaram no

Canadá, que fizeram essa pegada ecológica, ecologic footprint, que é uma metodologia que traduz consumo de recursos naturais em território. Então eles fazem lá uma contabilidade: o país X, ou indivíduo, ou estado, a cidade, tem uma pegada ecológica de tantos alqueires, de tantos km². Então essa é uma metodologia que hoje é reconhecida, mas ela não faz parte do sistema que o IPCC adota para medir. Ele é um indicador interessante, mas não faz parte do IPCC, da metodologia que é preconizada para contabilização no âmbito dos tratados internacionais. Isso tudo por quê? Porque você tem um tratado internacional assinado. Para passar qualquer acordo na ONU, ele tem que ser aprovado por unanimidade. Esse é o sistema da ONU. Então só entraria coisas consagradas, reconhecidas, e sobre as quais você não tem dúvidas metodológicas que comprometam os resultados de quem apresenta aqueles indicadores na medição. Eu não sei se isso ficou claro, o que estou tentando dizer aqui. Então qualquer pessoa que use, por exemplo, fator de emissão, ela vai usar o fator de emissão do país. Se não tiver um fator de emissão, por exemplo, na Europa, eles não vão ter o fator de emissão para produção de etanol, porque o etanol deles é diferente. Então o fator de emissão de etanol deles é um fator de emissão, o da gente é outro. Então você tem que usar o fator de emissão que é consagrado oficialmente. Porque é um tratado entre nações e o que prevalece são informações oficiais.

Priscila Freire Rocha: Laura, pela nossa experiência dentro do âmbito empresarial, vemos para o GHG Protocol, para termos um sucesso na determinação da emissão total de um empreendimento, é muito importante termos acuracidade dos dados e um nível certeza, assim posso chamar, muito alto. Como fica essa questão? Por exemplo, na parte de transportes, vocês iam ter que identificar a quantidade de carros, de fato, que são ligados ao município, que consomem um determinado combustível. A quantidade, de fato, de ônibus que consome determinado combustível. Diferentemente de pegar um dado da ANP e aplicar na cidade. Isso eu vejo a diferença entre um e outro. Como ficaria essa questão de acuracidade e certeza ao aplicar o GHG Protocol?

Laura Valente: Se o dado é ruim na entrada o resultado vai ser tão ruim quanto. De novo eu quero lembrar, essa metodologia, como qualquer outra de indicador, ela tem que servir como uma ferramenta de planejamento e de orientação de políticas públicas. Ela não é uma coisa científica. A gente sabe, hoje em dia, que as principais emissões das grandes cidades é transporte individual. Isso a gente sabe. Então todas elas acabam dando esse resultado final. Variam entre 60%, 70%, 90%, mas sempre a principal fonte de emissão de gás de efeito estufa das grandes cidades, grandes cidades, é o transporte individual. O que você tem com isso? Você dá a base para um tomador de decisão falar: olha, eu tenho um compromisso com economia de baixo carbono e com a redução das emissões para colaborar com o meu país, com o mundo, planeta. Então eu quero reduzir as emissões. Até porque os benefícios colaterais são muito bons, você reduz poluição, reduz congestionamentos, acidentes. Então quando você vai conversar com um decisor de governo local, seja de que escala for, a venda que você tem que fazer para a pessoa se engajar em uma política de baixo carbono, é que tem muitos cobenefícios. Porque a pessoa está comprometida com o dia a dia. O prefeito, mais do que um político, é um gestor. Então o que ele tem que fazer? Ele tem que administrar a cidade. Ele é um zelador. Ele tem que fazer tudo muito direito, é o síndico. (incompreensível) é o prefeito. Então ele tem que fazer uma coisa... ele tem o dia a dia para cuidar da cidade. Então se você disser para ele: olha, você tem que reduzir suas emissões porque o planeta está

aquecendo e vai haver uma grande tempestade em Minnesota, ele vai olhar para você e falar: “Ah? Não faz sentido o discurso. Por isso que a comunicação é muito importante. Então você tem que dizer para ele: Olha, você vai reduzir as emissões porque isso reduz também emissões de poluentes locais, traz uma série de cobenefícios do ponto de vista gerencial de uma cidade, que vale a pena. Você não precisa fazer o discurso que você está reduzindo emissão, que vai beneficiar Bangladesh. Você pode fazer o discurso que você está melhorando a qualidade de vida dentro da sua cidade. Então a gente percebeu, quando eu estava no ICLEI, que participava da campanha Cidades pela proteção do clima, a dificuldade que a gente tinha, no começo, era convencer as pessoas a se engajar em uma luta que era planetária de longo prazo. Na época se falava: daqui há 400 anos o clima vai mudar, vai aumentar 2 °C. Isso não faz o menor sentido para um cidadão comum que não sabe o que é isso, ou para um prefeito, vereador. Não faz sentido você dizer isso. Ele fala: mas não é para isso que estou aqui. Eu estou aqui para resolver o buraco da rua, para resolver o trânsito, o lixo. É para isso que estou aqui. Então você tem que adequar o seu discurso para a sua plateia. Eu acho que a regra número 1 de comunicação é saber para quem você fala. A primeira coisa que você tem que saber quando você quer falar alguma coisa é: primeiro, escutar, segundo, é saber quem é seu interlocutor. Não adianta nada você sentar e ficar falando se a pessoa não vai entender o que você está dizendo. Então eu acho que essa questão de você ter muito rigor na metodologia, claro que é importante ter rigor, mas isso não pode te impedir de agir, de fazer, tentar, errar e acertar. E buscar acertar. Porque a perspectiva do erro não pode te impedir de ter iniciativa. Isso eu acho que é até um princípio de vida, pelo menos para mim. Eu acho que isso para um gestor público é importante. É claro que ele não pode chutar o balde de tudo. Mas ele tem que estar bem calçado. Aí quando você fala de uma metodologia que tenha dados consagrados, que tenha sido revisada por pares, que seja aprovada, o que você vai fazer? Você dá respaldo para as decisões daquele político, ou daquele gestor público. Senão ele vai fazer baseado em quê?

Laura Ceneviva: Antes de passar a palavra para a Lilian, queria fazer um acréscimo e até responder aquilo que o Hamilton apontou. As emissões das edificações, a eletricidade que você usa, o gás que você faz a comida, o querosene que você usa para iluminar, enfim, todas as formas de fonte energética, elas são contabilizadas. Particularmente, porque advém de fonte fóssil. Então tudo é contabilizado. Se você vai ao nosso inventário, tem toda uma lista de todas essas fontes e as emissões que elas provocaram na cidade. Portanto, tudo isso é considerado. Eu queria acrescentar, a isso que a Laura falou, um aspecto: a metodologia, a GPC, dá um novo formato a uma conta que se origina do próprio IPCC. E aí, o nosso grupo na Secretaria do Verde que está fazendo as referências técnicas para licitação, nós vamos ter que fazer um processo de definição de produto a ser contratado, que vai contemplar, tanto uma forma de comunicação, quanto outra. Embora a conta numericamente, ela será sempre a mesma.

Hamilton de França Leite Junior: Porque aí, no GHG está separado por residencial, comercial, isso vai ser comunicado? Essa divisão aí?

Laura Ceneviva: Eu acredito que sim, mas não posso garantir porque nunca fiz essa metodologia. E o nosso inventário publicado traz essa mesma separação.

Lilian Sarrouf, representante do Sinduscon: Quando saiu a política municipal, o setor da construção foi colocado como um dos setores prioritários. E o foco, às vezes, fica um pouco na indústria do setor da construção. Cimento, cal, essas coisas. Lá no Sinduscon, nós fizemos algumas metodologias, junto com algumas empresas que estavam querendo trabalhar nisso, para elaborar os inventários de emissões da execução da obra, dos canteiros de obra. Criamos uma metodologia, fizemos um guia, e estamos testando. A proposta é o ano que vem retomarmos esse assunto, consolidar a metodologia, que ela segue o GHG, e começar a criar os indicadores do setor. Mas isso seria para construção. Outra ação é criar metodologia para os edifícios em uso, por solicitação das próprias empresas participar. A pergunta é: esse trabalho que a gente está fazendo, ele vai ser considerado? Não que ele não seja importante, mas dentro dessa metodologia da cidade, porque vocês pegam números globais, quanto consumiu de energia, quanto gerou de resíduo domiciliar, tudo mais. Se esse inventário pontual, vamos dizer assim, ele entra de alguma forma, ou teria alguma recomendação de vocês para a gente que está elaborando esses inventários? É o que você falou, para a gente interessa saber, para a gente poder reduzir e atuar dentro do nosso setor. Agora, dentro de uma visão cidades, se isso tem um link ou não.

Laura Valente: Relação tem. Mas no caso, eu acho que ele é um inventário setorial. Não é um inventário da cidade, tanto quanto um inventário que pode usar a metodologia do GHG Protocol, é contido em si mesmo. Então você pode fazer o que você quiser para medir. Agora, se isso vai se somar a um inventário de cidade, talvez não desse jeito. A menos que seja estabelecido que o componente de construção civil vai contemplar tais itens. Vai contemplar as emissões levantadas pela construção civil, pelo setor como sendo tal. Então pode ser incorporado, isso depende de um acordo que seja feito. Agora, eu acho que é muito específico. Eles podem usar essa informação, como podem não usar. Eu acho que no caso da emissão de construção civil de nível subnacional, são as grandes contas. É o consumo de energia, que eu acho que será feito através do levantamento junto à Eletropaulo quanto que consome de energia. É a necessidade de definir os limites. Se for combinado antes que o inventário da cidade de São Paulo, por ter um setor de construção civil muito ativo, muito significativo, e está gerando emissão, vai contemplar as emissões do setor desta maneira. Não tem problema.

Laura Ceneviva: Eu diria, Lilian, imaginando comparação e utilidade de produtos de inventariamento, que a gente pode... será uma coisa de escala. A conta que você fizer, no conjunto, pode ser relevante ou não. Por exemplo, vocês, ou o parceiro aqui do Secovi, se houver um processo de transformação do projeto de edificação, pode ser que a gente venha a observar a diminuição ou o aumento do consumo energético nas edificações. Quando se pega o dado consolidado, por exemplo, no recorte de vocês, e começa a olhar no recorte nosso você começa a vislumbrar até atividades que poderão ser desenvolvidas. É um processo amplo, como eu disse, de conhecimento mesmo, do nosso padrão de emissões e o que dá para fazer.

Tânia Ferreira: A Secretaria de Energia disponibiliza no seu sítio várias informações, inclusive a nível municipal. Para o Sinduscon, principalmente, nós estamos trabalhando os dados da subsecretaria de mineração, que vai contemplar inclusive as emissões desse setor. Seria interessante, na busca de dados, informações, vocês buscarem os inventários, os manuais, existem os procedimentos. E são atualizadíssimos. Obrigada.

Olímpio de Melo Álvares: Eu queria voltar um pouco na pergunta da Priscila. Eu fiquei confuso, porque eu entendi que a Laura tinha dito que as emissões das viagens, deslocamento e transportes, elas iriam ser calculadas pela metodologia Top Down. Pelo consumo de combustível naquele determinado município. E não pelo tipo de veículo, quanto ele, especificamente, gasta por Km rodado etc. então, parece que houve uma diferença de entendimento de como é o GHG Protocol aplicado às cidades. A Laura pode responder melhor.

Laura Valente: Pode ser por uma ou por outra, só é determinado a priori. Se você decide, por exemplo, na secretaria você vai aplicar o GPC a um departamento de governo, e você quer definir a frota que tem. Você não precisa pegar os dados da ANP. Você pode tanto usar os dados de compra de combustível para aquela frota, como você pode usar os dados de consumo daquele veículo, as viagens que ele faz, a quilometragem. Isso depende de como você determinar. Você também pode definir. Isso depende do município, depende dos acessos aos dados que o município tiver. Se, por exemplo, o município tem, grosso modo, uma frota de três milhões de veículos circulantes, ele prefere usar este dado. Eu estimo que os veículos são X% do ano tal, modelo tal, que consomem etanol tantos por cento e gasolina tantos por cento. Porque também tem que lembrar que isso depende do momento econômico. Se é momento econômico onde as pessoas estão decidindo consumir gasolina porque ela compensa mais que o etanol, porque o etanol ficou relativamente caro, vai ser o dado da hora. O inventário é uma coisa muito básica. Ele vai te servir como referência para você fazer uma série de inferências. Vai depender do momento econômico. Por exemplo, quando a gente diz: São Paulo não conseguiu reduzir emissão. Aumentou a frota de ônibus, colocou ônibus elétrico, implantou a captura do metano, mudou aterro. E aumentou a emissão? Aí você tem que ver quanto da população aumentou, tem que ver as políticas estaduais e federais que incidiram sobre a cidade, sobre a qual a cidade não tinha controle, por exemplo. Uma política complicadíssima que foi para todo mundo foi o barateamento da compra do automóvel, que aí todo mundo começou a comprar automóvel. O subsídio do petróleo que ninguém mais usava etanol, quase quebrou a indústria do etanol porque o governo estava subsidiando gasolina. Então como você pode reduzir desse jeito? Não tem como. Tanto que, eu não sei se isso acontece aqui, sinceramente eu vou me desculpar com vocês, mas eu não me lembro se na metodologia prevê isso, eu imagino que sim. Basta você estabelecer no termo de referência. A antiga metodologia do ICLEI, que se enquadra dentro do GPC, pressupunha você dividir as emissões, os inventários, lá atrás, em mil novecentos e bolinhas, a ideia era fazer os inventários separando as emissões da comunidade e as emissões institucionais da prefeitura. Então a prefeitura tinha controle sobre as suas próprias emissões. Então ela tinha controle sobre sua própria frota, sobre os seus prédios, o consumo de energia... Então as emissões da comunidade como um todo, que é o que se faz mais hoje, tinham embutidas as emissões corporativas que eles chamavam em inglês, que são as emissões da prefeitura. Não o contrário. Por que se fazia isso na época? Porque você tinha como incidir políticas que afetavam as suas emissões sobre as emissões corporativas, não sobre as emissões totais da cidade. Você não podia determinar se uma pessoa vai usar gasolina ou álcool. Agora, você, dentro do seu departamento, da sua prefeitura, da sua repartição, você pode dizer: não, só vou comprar etanol, custe o que custar. Por isso que eu digo, de novo, das limitações de uma metodologia de indicadores. Ela serve para balizamento de políticas, de

estratégias, de ações. Mas ela não dá todas as respostas que a gente precisa. Essas respostas dependem de uma análise, de uma sensibilidade de avaliar o momento, depende da hora que está acontecendo. Sabemos que as principais fontes de emissões em cidades são transportes e resíduos sólidos. No Rio de Janeiro, eu lembro que o primeiro inventário que eles fizeram, deu um resultado muito engraçado, que as maiores emissões da cidade vinham do lixo. Eu lembro disso, eu achei tão esquisito, falei: como assim? Primeiro porque se mediu. O que não se mede não existe? Existe, só que não está medido. Então por alguma razão as emissões dele de resíduo sólidos eram maiores do que as emissões de transporte. Talvez eles não tivessem acesso a dados sobre transporte. Então o que o prefeito decide fazer se ele leva aquilo em consideração? Então eu vou melhorar os aterros, vou instalar usinas de captura de metano. Porque isso que eu posso fazer, está ao meu alcance como prefeito, e que irá surtir um efeito melhor. Então quem faz essa avaliação é o decisor, não é o inventário. O inventário só aponta um caminho, que vai dar subsídio para ele tomar uma decisão.

Érica Ferraz de Campos, representante do CBCS: É um comentário breve. Retomando o que a Lilian colocou, acho que esse cruzamento de dados entre o que são as cidades e os setores que estão agrupados permite criar fluxos, esclarecer como a emissão realmente se dá, o que permite à gente, como você falou, analisar os dados, criar um plano de ação, ver quais os setores precisam ser atacados, criar prioridades, e aí sair do macro para o setorial e para o detalhamento. Eu acho que essa interlocução entre o inventário da cidade e os inventários setoriais dos vários setores, não só da construção, deveria ter constantemente esse cruzamento de informações, ver se bate, ver se as contas fecham. Acho que isso deveria ser incentivado.

Hamilton de França Leite Junior: Ainda dentro do que a Lilian falou e a Érica também. Eu reforço que isso é muito importante, a gente conhecer o detalhe, os setores. E aí falando do nosso lado, o ambiente construído, até para poder balizar políticas públicas. Então teve algumas conversas em relação a IPTU Verde, não sei se foram para frente ou não. Até isso acho que era uma coisa que a gente precisava retomar se está andando ou não. Mas conhecer em detalhe o que está acontecendo naquele setor, ou especificamente no ambiente construído, para balizar políticas públicas. Inclusive no momento agora, que a gente está com esse novo patamar de tarifa de energia, que provavelmente a cogeração vai ser uma coisa que vai ganhar importância cada vez mais. Se a gente não tiver esse base line fica difícil de comparar e, talvez, trazer incentivos públicos para implantação de cogeração em edifícios.

Nelson Figueira, representante da Secretaria Municipal de Saúde: O que tem sensibilizado mais os gestores em relação aos cobenefícios, essa argumentação, para adoção de metodologias, de inventários, na questão de emissões de gases de efeito estufa?

Carlos Joel Carvalho Formiga Xavier, representante da Secretaria de Estado de Energia: Não sei se na metodologia de hoje, mas a pergunta seria sobre essa sugestão de metodologia, se está contemplada a emissão da cogeração, suscitada pelo Hamilton? Há uma estimativa, hoje em dia, no país, não é estimativa por cidade, que na hora de pico da tarifa, que é das 17h00 às 20h00, os vários comerciais de energia, postos de gasolina, shopping, pequenas indústrias, ligam os seus geradores à diesel. E isso pode estar gerando algo entre 3 e 8, vejam que tamanha incerteza, entre 3 e 8 gigawatts de

energia gerada por esses aparelhos, que são grandes emissores. Muito piores do que as termoelétricas a gás. Então não sei como isso seria contemplado, se seria através do consumo de diesel propriamente, que de certa forma serve para esse cálculo, não é?

Olímpio de Melo Álvares: Uma pergunta para a Laura. Eu sei que a Getúlio Vargas, a GV faz um treinamento, dá um curso sobre GHG Protocol para empresas, não é? Isso estimula até as empresas a participarem, a realizarem levantamento. E quem mede controla. Esse é o espírito da coisa. Eu queria saber se tem alguma coisa semelhante para os gestores municipais?

Laura Valente: Desculpa, eu não anotei todas as perguntas. Eu vou falando as que estou lembrando. A primeira coisa sobre capacitação. Sim, tem um plano de fazê-la dentro dos projetos que a gente toca. Por exemplo, esse em parceria com o ICLEI principalmente e com a C40. Hoje estamos fazendo capacitação em Salvador e em Florianópolis, que a gente tem dois projetos bancados pela Embaixada Britânica, para fazer os inventários e capacitação nessas cidades. O ICLEI está fazendo o de Recife, Fortaleza e outras cidades. Por enquanto não temos dinheiro, mas a ideia, sim, é ter programas de capacitação. A gente está negociando projetos que tentaremos fazer em parceria com a rede CB 27. É o máximo essa rede. Estamos em parceria com eles, buscando recursos, se der tudo certo, a gente pretende ter um programa bem legal. A outra pergunta, do diesel, depende de se decidir o que se vai medir. Por exemplo, isso pode ser feito através do consumo do diesel, em top down? Pode ser. Mas, pode ser bottom up, e aí começa a complicar. É mais difícil. E a sua pergunta, Nelson, desculpa, você perguntou o que eu levo em consideração? Bolso. É a coisa que mais sensibiliza todo mundo, é o bolso. Então, quando você chega para um gestor público e fala: olha, se você fizer tal coisa, você vai reduzir X de custo, aí você tem os ouvidos dele. Senão, você não tem. No discurso até pode ter, na retórica: Ah, vou melhorar a qualidade de vida, vou reduzir acidentes, vou melhorar a saúde. É retórica. Porque ele quer saber no fim do dia é quanto entrou e quanto saiu. Para ele fazer avaliação do quanto aquele gasto vale a pena, depende muito da pessoa. Eu, pessoalmente, acho que um político, qualquer político em qualquer lugar do mundo, só tem um ouvido, que é para opinião pública. Se a opinião pública demandar, ele vai atrás. Senão, não. Essa é a natureza da política. Essa é uma opinião muito pessoal. Haja vista a preocupação que houve em relação à mobilidade de transporte depois das manifestações de 2013. Então se a gente se mobiliza e reclama, a gente é ouvido pelos políticos, é para isso que eles estão aí.

Laura Ceneviva: Muito obrigada, Laura, pela sua disposição e contribuição hoje. Nós vamos enfrentar, objetivamente, a realização do GPC, particularmente em função do compromisso com o Pacto de Prefeitos. E certamente vamos ter muitas observações com relação à metodologia. E depois, todo mundo vai poder criticar e fazer a própria, se vai ser bom ou se não vai ser, como vai ser. Então muito obrigada. Boa viagem para você.

Laura Valente: Obrigada. Posso fazer só mais um comentário? Aí é opinião pessoal. Esse Comitê tem uma importância muito grande. Por que o que está acontecendo? A percepção sobre a importância de abordar a questão climática a nível local depende muito do gestor, depende muito da agenda política de quem está no poder no momento. Então a gente vê ações sendo realizadas, que vão contribuir para as reduções de gases de efeito estufa da cidade de São Paulo, sim, a gente tem visto. Principalmente, eu devo

dizer, as políticas de transportes, de mobilidade. Por mais que tenha havido críticas em relação a essas políticas, eu acho que está havendo um esforço e uma preocupação louvável dessa gestão em melhorar. E eu, de novo, volto, porque são pessoas mais conscientes, menos conscientes, mais inteligentes, menos inteligentes? Não. É uma opção política em função de ouvir as ruas. Com certeza. Como todo lugar é. Agora, teve uma opção para fazer isso. O que não houve ainda, eu acho, minha opinião, a opção foi de vincular isso a mudanças climáticas. Pelo menos não no discurso. O que houve, eu percebo, está havendo o movimento da área, por exemplo, de relações internacionais, São Paulo participa do Compacto de Prefeitos. O que é isso? Esse Compacto de Prefeitos é a porta de entrada dos governos locais para as negociações internacionais de clima. Então a maneira como as cidades vão participar dos esforços de redução de emissões globais vai ser por via desse Compacto de Prefeitos. Então São Paulo é signatária. É muito importante que as ações que forem determinadas, ou as discussões que acontecerem aqui, elas vão ser muito importantes para subsidiar essa gestão na sua participação do Compacto de Prefeitos. Se vocês olharem no site da convenção do clima e procurarem Compact of Mayors, vocês vão ver que tem lá mais de 500 ações de governos subnacionais reportados dentro desse Compact of Mayors em direção à redução. Nem todos estão quantificados, mas estão relatadas. Tem muitos que estão listados como signatários, e que não relataram coisa nenhuma. Então São Paulo, a cidade que é, da escala que tem e a importância que tem, real, política, no Brasil e no mundo, tem que dizer, é muito grande. Então eu só quero, assim, exortar a vocês o papel que tem esse comitê, como ele é importante. Ele levou mais de um ano para se reunir. Vocês têm muito para fazer. E eu acho que tem que aproveitar esse espaço público para influenciar a agenda municipal. Era isso que eu queria dizer para vocês. E agradeço a oportunidade de falar aqui para vocês. Bom trabalho para vocês.

Laura Ceneviva: Obrigada. Laura, nós estamos nesse esforço. E a presença de vocês, hoje, tem esse objetivo. Eu queria fazer um comentário, ainda na pauta da metodologia, nesse ponto, com relação ao que você falou, Formiga. Eu acho muito importante esse ponto, para a gente fazer o inventário... para a gente estimar as emissões desse setor, dos geradores estacionários instalados na cidade, nos shopping centers, nas universidades, hospitais e tudo mais. Nós precisaríamos, inicialmente, é óbvio, de um processo de registro de tais grupos geradores. O Município de São Paulo começou, tem legislação para isso, mas ainda tudo é incipiente. E eu não sei se no Estado isso já está sedimentado. Acho que é uma reflexão que precisa ser feita, porque a gente não conseguiu contabilizar. Evidente, todo diesel que é usado nesses grupos motogeradores, nós contabilizamos no transporte porque não existe informação de quanto dele é usado para gerar eletricidade. Isso talvez seja um assunto que a gente possa vir a tratar em um outro momento, mas é uma das preocupações presentes. Por exemplo, também no nosso inventário e no do Estado também, eu acho, a gente não conseguiu contabilizar emissão de ar-condicionado estacionário. Só se consegue contabilizar o móvel. Enfim, tem uma série de coisas que a gente não tem base informacional para estimar a emissão. Então muito oportuno que você tenha trazido isso.

Carlos Joel Carvalho Formiga Xavier: A questão dos geradores diesel: existe um processo de registro na ANEEL, quer dizer, federal. Eu tenho o número nacional de cabeça, mas é possível levantar por município porque o registro é feito com endereço. E hoje tem uma capacidade instalada de geradores vamos considerar na faixa de 3

gigawatt. Essa produção, por exemplo, é da escala de Belo Monte, que não é longe disso, é muito grande. Esses são os registrados. E a própria ANEEL reconhece que não há uma cobrança efetiva desse registro. Então, quanto disso é efetivamente ligado? Vejam, em nossa casa a tarifa é a mesma o dia inteiro. Mas usuários de um certo padrão, o A4, que é um contrato especial, eles têm uma tarifa sobreonerada a partir das 5h00 da tarde. E a curva de consumo deles tem um vale às 5h00 da tarde. Não é que eles deixaram de gastar energia, porque às 8h00 da noite quando acaba a sobretarifa volta a curva deles para cima. Então esse vale significa que eles ligaram o gerador. Agora, quanto somam esses geradores ou não, é difícil estimar. E certamente é difícil estimar por município. Agora, a base instalada é possível de levantar. Me parece relevante, embora emissões não seja minha especialidade nem de longe, eu sou um aprendiz, mas me parece interessante acompanhar isso porque é uma área de atuação muito forte. Tudo bem, a gente pode medir como diesel, que vai chegar na emissão, já que é um motor de caminhão que faz esses motogeradores, então o consumo será parecido com o de transporte. Mas é uma atuação diferenciada, no sentido de reduzir as emissões. Talvez até mais possível, porque é uma discussão tarifária, é uma discussão de outras fontes de energia, solar, de outras formas de cogeração, até a gás, que emitem, mas muito menos do que o motor a diesel. Então tem outras formas de atuar, já que no sentido de emitir, é diesel, igual transporte.

Laura Ceneviva: Muito obrigada pela explicação. Bom, pergunto aos senhores, voltando, já no último ponto de pauta, se alguém tem mais alguma recomendação? Maria de Fátima, você chegou ao final, já tínhamos passado os informes. Quer fazer um informe? Não. Ninguém mais? Não. Então, gente, muito obrigada pela presença de todos. Esperamos... É muito interessante isso, e a hora que a gente começar a voltar para o Comitê com números, eventualmente até vocês pudessem fazer uma apresentação do Sinduscon, porque aí, de repente, com o apoio do Comitê essas coisas que problematizam, a gente vê outros caminhos a adotar. Está bom? Gente, muito obrigada. e até o mês que vem. Obrigada.

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES

- Érica Ferraz de Campos / **Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBCS**
- Carlos Joel Carvalho de Formiga Xavier/ **Secretaria Estadual de Energia**
- Tânia Ferreira / **Secretaria Estadual de Energia**
- Hamilton de França Leite Junior / **Sindicato das Empresas de Imóveis do Estado de São Paulo – SECOVI - SP**
- Lilian Sarrouf / **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON**
- Flávia Regina Marques Castelhana / **Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas**
- Nelson Figueira Junior / **Secretaria Municipal da Saúde**
- Maria de Fátima Andrade / **Universidade de São Paulo**

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES POR REPRESENTAÇÃO

- Susete Taborda, representando Marco Antonio Biasi / **Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB**
- Priscila F. Rocha , representando Alfred Szwarc / **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP**

OUTROS INTERESSADOS PRESENTES

- Fábio Pedó / **Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente –SVMA**
- Lúcia N. Simoni / **Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente / SVMA**
- Eduardo Mendes / **Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente / SVMA**
- Wilson de Carvalho Jr / **Secretaria Municipal de Educação – SME**
- Carlos A. S. Boura / **L. Sarrouf Engenharia**
- Olimpio Álvares / **L’Avis Eco-Service**
- Claudete V. Carvalho / **Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente / SVMA**
- Laura S V de Macedo / **WRI - Brasil**
- Maria Helena Sozzi Godoy / **PMSP -Subprefeitura Vila Mariana**
- Lucio A. Laginha / **Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente–SVMA**
- Maria do Carmo G.Wiik / **FSP/USP**

Wanderley Meira do Nascimento

Presidente do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

Laura Lucia Vieira Ceneviva

Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo